



## **ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE: PROMOVEDO DISCUSSÕES SOBRE O TEMA NA UNIFESSPA.<sup>1</sup>**

**Thayna Cristina Dias e Dias;**

Graduanda em Licenciatura Plena Pedagogia  
*Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA*  
[thaynadias55@hotmail.com](mailto:thaynadias55@hotmail.com)

**Gerlina Cunha Vieira;**

Graduanda em Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais  
*Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA*  
[gerlinavieira@gmail.com](mailto:gerlinavieira@gmail.com)

**Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo.**

Doutora em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/UNIFESSPA). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade Acadêmica da UNIFESSPA. [lcc\\_05@hotmail.com](mailto:lcc_05@hotmail.com)

*Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA*

**Resumo:** O processo de efetivação dos princípios inclusivos na área educação com pessoas com deficiência, requer condições para o ingresso e sua permanência nas instituições de ensino. Por isso, barreiras arquitetônicas e físicas precisam ser superadas, para a garantia da mobilidade com segurança e autonomia. Este estudo, analisa o espaço da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, tematizando a necessidade de sua transformação. O estudo envolveu observações *in locus* e análise de documentos e registros fotográficos e relatórios de mapeamentos realizados pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA, em suas unidades I, II e III, sobre as condições de (in) acessibilidade nos espaço da Unifesspa, para que o acesso e locomoção, propicie aos discentes com deficiência, participação nas atividades acadêmico científicas. Os resultados da pesquisa identificam problemáticas em ambientes na universidade, que tem funcionado como barreiras ao direito de ir e vir dos discentes com mobilidade reduzida.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade. Condições Arquitetônica e Física. Pessoa com Deficiência.

### **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo analisar condições do processo de acessibilidade arquitetônica e física como premissa para viabilizar a mobilidade dos discentes com deficiência ou mobilidade reduzida, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, reconhecendo a existência de desafios enfrentados por este público, viemos dialogar sobre como a Universidade pode vim a se constituir um espaço inacessível ou acessível, favorecendo ou obstaculizando a inclusão para a locomoção de pessoas com deficiência no seu ir e vir, e sua efetiva inclusão acadêmica, permitido através do Programa de Apoiador a Discentes com Deficiência em Ações de Acessibilidade e Inclusão - NAIA.

---

<sup>1</sup> Programa de Apoiador a Discentes com Deficiência em Ações de Acessibilidade e Inclusão UNIFESSPA/PROEX/NAIA



O conceito de acessibilidade adotado no Brasil, institui-se com a Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, art. 1°).

As condições que organizam o espaço físico e arquitetônico para a mobilidade das pessoas com deficiência. Mas é necessário, considerar um conjunto de arranjos implicados de acessibilidade, inclusive com o mobiliário contemplando as necessidades específicas do público alvo que requeira essas condições para se locomover com independência e autonomia.

V - disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI - sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no art. 5°;

VII - divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VIII - admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5°; bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e

IX - a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 5°.

Na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) evidencia-se acréscimos de componentes para clarificar a compreensão sobre a acessibilidade:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015, p. 11).

Ao mesmo tempo que essas políticas de acessibilidade arquitetônica e física, se intensifiquem na universidade, os Núcleos de Acessibilidade precisam estar justapostos, atravessando todas as peculiaridades e níveis, oferecendo recursos e serviços para complementar a formação acadêmica dos discentes com deficiência, entre outras dificuldades. (BRASIL, 2013, P. 8)

O Decreto Federal N° 7.611 de 17 novembro de 2011 (BRASIL, 2011, p. 3), prevê o papel dos núcleos de acessibilidade nas IFES “[...] eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência”.

E nesta direção, o Programa Incluir – visa garantir a acessibilidade na educação superior exigindo como requisitos para as IFES:

[...] projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade, visando eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. (BRASIL, 2013. P. 13).

Nesse contexto de preceitos legais que lançam diretrizes para a política de inclusão e acessibilidade na universidade, acredita-se que análise das condições de acessibilidade dos espaços



que tem sido revitalizado na Unifesspa, trazem contribuições importantes para se delinear transformações na arquitetura, espaços e organização física nos ambientes da universidade.

Com a exploração de documentos, registros fotográficos, de relatórios de mapeamentos realizados pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA, das unidades I, II e III é possível, verificar nessas unidades, como tem-se garantido a efetivação de direitos a mobilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Cumprido destacar que a UNIFESSPA, é uma universidade nova sendo criada no dia 06 de junho de 2013, com a vigência da Lei Federal nº 12.824 de 05 de junho de 2013, marcada pelo desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA).

### **Desenvolvimento**

Para a dimensão arquitetônica (SASSAKI, 2009. p. 3) pontua que é necessário pensar a inclusão e acessibilidade nos espaços, não somente nos ambientes internos das instituições, como também nas vias de acesso, considerando requisitos de acessibilidade de forma ampla, tais como:

Guias rebaixadas na calçada defronte à entrada da escola, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da escola, portas largas em todas as salas e demais recintos, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, correta localização de móveis e equipamentos etc. Implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.).

Uma inadequação notada, foi a entrada para a Biblioteca nas três unidades da Unifesspa-sede, com porta de difícil acesso por estar fora da perspectiva do desenho universal. Pois o aluno com deficiência física e em cadeira de rodas enfrenta desafios e precisa requerer ajuda para acessar o ambiente. A proposta é substituição por uma porta com sensor automático de presença, pois facilitaria a mobilidade.

Na unidade I, observa-se que na composição dos acessos em calçadas e rampas, ainda ocorre a inadequação de medidas, com larguras e alturas das calçadas sem guarda-corpo por exemplo, em alguns trechos que oferecem perigo a uma pessoa com deficiência física. O guarda-corpo e em alguns casos o corrimão, piso tátil, retirada de obstáculos precisam ser repensados pelo setor de infraestrutura da universidade.



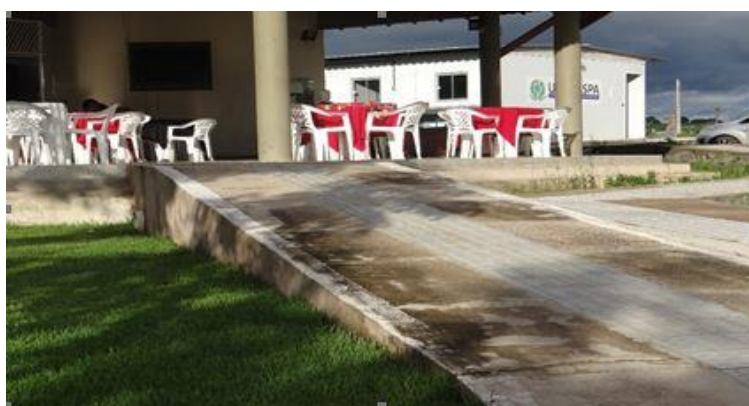
Figura 1: Área de acessos a setores na Unidade I Figura 2: rampa para o acesso a biblioteca Unidade II



**Fonte:** NAIA/UNIFESSPA – 2017 (UNIDADE I) **Fonte:** NAIA/UNIFESSPA – 2017 (UNIDADE II)

É possível observar que esta rampa de acesso a biblioteca na unidade II, apresenta uma inclinação que dificulta o acesso de alunos em cadeiras de rodas. Nesse sentido, como um dos princípios do desenho universal, que é “pouca exigência de esforço físico”, pois a força a ser utilizada na subida de rampa vai requerer o envolvimento de um intenso esforço físico.

Figura 3: Rampa para o acesso ao espaço da lanchonete na unidade III



**Fonte:** NAIA/UNIFESSPA – 2017 - UNIDADE III

Os espaços, ambientes e prédios da Unifesspa, têm se buscado uma revitalização considerando os princípios da acessibilidade física, arquitetônica e comunicacional, mas é necessário, identificar ambientes inacessíveis, para se pensar medidas que assegurem o direito de ir e vir, das pessoas com deficiência que circulam na UNIFESSPA.





## Conclusão

Em face dos dados mencionados sobre algumas questões de (in) acessibilidade feitas nas unidades I, II e III, conclui-se que os aparatos legais destinados a lugares e espaços acessíveis na realidade pesquisada ainda está em processo de implementação na UNIFESSPA, é necessário avaliações contínuas e acompanhamento do setor Secretaria de Infraestrutura - SINFRA da universidade, pois apesar de temos vários espaços que estão adequados às condições de acessibilidade, no transcorrer do mapeamento, foi identificado que obras de construção e reformas em andamento, apresentam falhas que não necessitam ser repetidas.

Cabe destacar, que a pior isenção é ocasionada pelas barreiras atitudinais, presente nas pessoas, nos colegas dos discentes com deficiência que os excluem dentro da sala e fora delas, não refletem sobre como os espaços podem ser mais acessíveis para todos trafegarem, começando por pequenos cuidados de não colocar objetos no meio dos espaços de circulação de pessoas, percebem muitas vezes que a pessoa no lado está precisando de ajudar ao se locomove em lugares sem acessibilidade nenhuma, o qual é muito presente nas unidades observadas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial. Disponível em: <[www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988.../CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988.../CON1988.pdf)> Acesso em: 5 mar. de 2014.

BRASIL. **Portaria N° 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/por3284.pdf>. acesso em: 10. Set. 2017.

BRASIL, 2000. **Lei N° 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm). Acesso em: 06. Set. 2017.

BRASIL, **REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)**. Julho, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16537: **Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

RABELO, Lucélia. MENDES, Samuel. SANTOS, Lucia. **Levantamento das necessidades de adaptações visando a garantia de condições de acessibilidade no Campus III**. Março, 2016.



RABELO, Lucélia. MENDES, Samuel. SANTOS, Lucia. **Levantamento das necessidades de adaptação visando à acessibilidade arquitetônica Campus II.** Março, 2016.

RABELO, Lucélia. MENDES, Samuel. SANTOS, Lucia. **Levantamento das necessidades de adaptação visando à acessibilidade arquitetônica Campus I.** Março, 2016.

SEMMER, José. ASCARI, Sandra. **Acessibilidade cartilha de orientação implementação do Decreto do decreto 5. 296/04.** CREA-SC.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, ano XII, p.10 – 16, mar./abr.2009.

BRASIL, **Decreto n 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providencias. 2011. Disponível em <[http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)> Acesso em: 27 Mar.2015.

BRASIL 2015, **LEI Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L13146.htm). Acesso em:23. Set. 2017.

BRASIL, **Programa incluir - acessibilidade na educação superior.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. acesso em: 23. Set. 2017.